

Constituinte só vota dia 26

Cabral pede mais tempo para entregar parecer e atrasa em cinco dias o reinício das votações

BRASÍLIA — O início das votações do segundo turno da Constituinte, marcado inicialmente para o próximo dia 21, será adiado para o dia 26, atendendo a solicitação do relator, deputado Bernardo Cabral, que pediu ligeira dilatação do prazo para entregar seu parecer. Ele quer tempo para que as emendas, a serem apresentadas até a meia-noite de segunda-feira, possam ser publicadas e compiladas por assunto. A informação foi prestada ontem pelo relator-adjunto, senador José Fogaça, depois de reunião na residência do deputado Ulysses Guimarães, entre lideranças e relatores da Constituinte.

Um presidente em regime de tempo integral

BRASÍLIA — O deputado Ulysses Guimarães pediu ao chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e o Palácio do Planalto divulgou uma lista das atividades que ele executou até ontem no exercício da Presidência da República. Somente em audiências, Ulysses recebeu 151 pessoas, entre parlamentares, empresários, embaixadores, ministros estrangeiros, secretários estaduais e dirigentes de entidades. Despachou 37 vezes com ministros de Estado, realizou 41 despachos, assinou 53 decretos, recebeu e deu 77 telefonemas.

Nesse balanço, porém, não estão identificadas as audiências com políticos, embora elas tenham tomado a maior parte do tempo do presidente em exercício. Isso sem contar almoços e jantares com parlamentares em sua casa. Também não foi mencionada sua viagem a Juquitiba. Mas assessores da Secretaria de Informação e Divulgação do Palácio do Planalto fizeram questão de destacar que Ulysses concedeu assilo político a Abule Magasi — guerrilheiro de Botswana, que chegou clandestinamente à Bahia.

Ainda na interinidade da Presidência da República, Ulysses não admitiu nenhum atraso no cronograma de elaboração da Constituinte, mas explicou que não haveria tempo para publicar as emendas na terça-feira. Se os cinco dias para que o relator dê seu parecer começaram a contar na quarta-feira, o último prazo para Bernardo Cabral será no dia 22, um sábado, o que transferirá as votações para a semana seguinte.

"Eu não darei prazos para o relator, não foi adiado nada. Eu ia saber disso por vocês? Eu sou o presidente", declarou Ulysses. Fez a ressalva, no entanto, de que haveria uma "adaptação". "Isso eu já expliquei para vocês", afirmou.

Mesmo com o atraso, o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, disse que será cumprido o prazo previsto por Ulysses para a conclusão do novo texto constitucional, até o final de agosto. "Isso depende muito do anda-

mento das votações. E é possível a fusão de emendas e a votação em bloco, o que economiza tempo", destacou o parlamentar.

ALTERAÇÕES

Segundo Jobim, as lideranças do PMDB estão efetuando um levantamento das emendas supressivas que têm consenso interno, assim como as partes do texto que o partido deseja ver mantidas. Há também questões polêmicas que dividem a agremiação, como o limite dos juros em 12% e o voto aos 16 anos. "Queremos fazer acordos com o conjunto dos partidos, e até ceder alguma coisa, para que o essencial seja mantido", explicou o senador José Fogaça. Para Ulysses, uma das questões fundamentais é a manutenção dos dois turnos para as eleições de prefeito em cidades com mais de 200 mil eleitores.

"Não quero saber se isto favorece ou prejudica o PMDB. É um

passo avante, uma medida pedagógica, porque o eleitor vai se preparando para votar segundo sua ideologia, sabendo que vai votar em segundo turno até para presidente", disse Ulysses. A presença na reunião do ministro do Trabalho, Almyr Pazzianotto, segundo o deputado, ajudou as lideranças a discutirem melhor a questão do sindicalismo. Pazzianotto é a favor do pluralismo sindical, embora o assunto divida o PMDB.

Ulysses também defendeu a supressão da palavra "brasileiro" da parte do texto que se refere ao habeas data.

"O estrangeiro que reside há muitos anos no País também tem direito a informações sobre sua vida", argumentou. De acordo com o presidente da Constituinte, há ainda duas questões polêmicas: as emendas que determinam a possibilidade de ministros serem afastados ou receberem "moção de discordância" do Congresso.

Há 300 emendas, diz Ulysses

BRASÍLIA — O presidente da República em exercício e presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, revelou ontem que há cerca de 300 emendas ao projeto de Constituição votado em primeiro turno, e disse que examinará todas elas para "determinar o arquivamento das que não tenham pertinência com as normas". O deputado paulista concedeu entrevista coletiva ontem por quase duas horas e declarou que no período que substituiu o presidente José Sarney, em viagem à China, se preocupou principalmente com três assuntos: a administração do País, a Constituinte e as questões do seu partido, o PMDB.

A estratégia do presidente da Constituinte para enfrentar a quantidade de emendas é reunir-se com os líderes partidários — provavelmente na quarta-feira — para separá-las. "Há emendas que vão merecer mais a nossa atenção, supressivas, e as emendas de contradição, de omissão, correção de linguagem e técnica legislativa". Depois se tentará um acordo com as lideranças, "antes de ir ao plenário para votação".

Ulysses condenou a eventual tentativa de "comprar" os constituintes no segundo turno, para modificar o texto da Constituição.

A propósito da denúncia de que as multinacionais disporiam de dois milhões de dólares para pressionar deputados e senadores a votar matérias de seu interesse, o presidente da Constituinte afirmou: "Pela experiência de parlamentar que tenho, entendo que o caminho do dólar, mas também o caminho da riqueza, o caminho do cruzado, não seja o apropriado para se chegar ao Congresso e resolver os seus assuntos". O deputado peemedebista garantiu ter certeza de que os parlamentares são "absolutamente imunes" a esse tipo de pressão.

"O Congresso não discrimina, eu não discrimino. Pode ir lá o empresário, pode ir o trabalhador, pode ir o livreiro, pode ir o representante de multinacional — ouvimos as razões para ver aquilo que convém ao País".

Ulysses Guimarães acha que no segundo turno de votação serão mantidas as conquistas sociais. "Aquilo que for progressista, aquilo que for moderno, aquilo que for contemporâneo, que for pela justiça social, essas conquistas serão mantidas. Essa Constituição está aí para isso. Mudança quer dizer mudança social".

Na próxima fase dos trabalhos da Constituinte, Ulysses trabalhará mais perto dos acordos, aban-

donando a atitude que adotou na primeira fase de deixar com as lideranças dos partidos a maioria das conversações. Ele confirmou que será o coordenador das reuniões — foi convidado pelos líderes e sentiu-se "honrado". O presidente peemedebista preferiu que as reuniões sejam feitas em qualquer período, menos de manhã, mas ressaltou que "não se perde um minuto, um dia". Ele considera o período do dia mais produtivo para a votação em plenário.

Mesmo as matérias que na primeira fase tiveram aprovação de consenso poderão ser modificadas agora, em segundo turno. Segundo Ulysses, "não há nada absoluto nem na própria Constituição, quanto mais no projeto". O deputado lembrou que "a futura Constituição pode ser alterada por dois terços", mas isso não quer dizer que "em Constituição votada não se mexe mais até o século XXI".

O presidente da República em exercício observou que não há acordo entre ele e o presidente Sarney para, na ausência deste, nenhuma decisão de vulto na área econômica ser tomada. Apenas ele entende que "esse é um assunto de tal profundidade que qualquer modificação, qualquer medida essencial, tem de ser tomada pelo titular".



Ulysses diz que não haverá atraso, apenas "adaptação"

Governo negocia a limitação da anistia

BRASÍLIA — O governo não vai fechar questão para suprimir integralmente a anistia aprovada em primeiro turno para os pequenos empresários e produtores rurais que fizeram empréstimos durante o Plano Cruzado.

O ideal para o Planalto seria a supressão total, mas ontem seu líder na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, admitiu que a estratégia mais eficaz é negociar para reduzir a abrangência da medida. Seriam beneficiados apenas os microempresários (e excluídos os pequenos) e os pequenos produtores rurais (excluídos os médios).

Sant'Anna deverá apresentar pelo menos duas emendas: uma de supressão total, para pressionar, e outra limitando o universo dos beneficiários, esta efetivamente para negociação. O deputado divulgará na segunda-feira as emendas supressivas e redacionais que seus liderados apresentarão ao segundo turno. Até lá, ele vai analisar as que já foram sugeridas pelo PFL e pelo Centrão para evitar um desgaste desnecessário. Isso porque cada constituinte só pode apresentar o máximo de quatro emendas.

Além da anistia abrangente, Sant'Anna quer derrubar no segundo turno o tabelamento dos juros bancários em 12% ao ano, a anistia aos débitos com as Fazendas federal, estaduais e municipais, parte da reforma tributária, a jornada corrida de seis horas diárias de trabalho e a censura aos ministros, que seria própria em um sistema parlamentarista, mas não no presidencialista.

As iniciativas estão sendo articuladas pelo próprio Palácio do Planalto. Sant'Anna admitiu que tem conversado e até recebido bilhetes do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, com sugestões ao trabalho do grupo parlamentarista governista no segundo turno da Constituinte. Além disso, o deputado pediu às assessorias parlamentares de todos os ministérios que formalizassem reivindicações à liderança. Apesar de toda a movimentação, ele ontem fez questão de deixar claro: "Não há emendas do Palácio do Planalto nem dos ministros. Haverá, isso sim, emendas da liderança do governo".

PMDB gaúcho perde mais um deputado

PORTO ALEGRE — Francisco Machado Carrion Júnior, vice-presidente da Assembleia Legislativa gaúcha, anunciou ontem seu desligamento do PMDB. Sua decisão é consequência da denúncia de que o secretário estadual de Obras, Assis Roberto de Souza, teria subornado um dirigente local do partido para obter sua adesão à campanha do deputado federal Antônio Brito, que pretende disputar a Prefeitura de Porto Alegre. "Não desejo que o Rio Grande do Sul tenha o seu Aníbal Teixeira", afirmou Carrion Júnior, ainda indeciso entre o PSDB e o PDT. Carrion é o quarto deputado estadual a deixar o partido.

Gilson Moura, presidente do diretório zonal 159 do PMDB, disse ontem que Assis de Souza lhe ofereceu, e a mais dois dirigentes locais, Cz\$ 600 milhões para obras em seus redutos eleitorais, se desistissem de apoiar a pré-candidatura de Carrion Júnior, fortalecendo na convenção o nome de Brito. Assis de Souza refutou as acusações, que classifica de "insanas" e apenas pretexto para o deputado sair do partido.

SANTO ANDRÉ — O Partido dos Trabalhadores quer mudar sua imagem de radical, sugerindo que também pode ser alternativa de poder "conflável" à classe média e ao empresariado. Por isso, o candidato a prefeito de Santo André, Celso Daniel, economista da Fundação Getúlio Vargas, realizou ontem à noite, na mansão de sua sogra, localizada na avenida Atlântica, um jantar com dezenas de empresários locais.

Celso Daniel explicou aos empresários que capital e trabalho podem evoluir juntos, já que nos países capitalistas mais desenvolvidos as empresas somente são fortes porque os trabalhadores ganham bem e têm poder aquisitivo maior. Esteve presente ao jantar o deputado constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que na condição de candidato do PT a presidente da República também procurou expor seus planos de governo caso fosse eleito.

Os empresários concordaram em contribuir com o partido, pagando Cz\$ 5 mil pela adesão. Com esse dinheiro, o PT pretende movimentar sua campanha municipal.

Sociólogo defende ação de "lobby"

CAMPINAS — O cientista político norte-americano Philippe Schmitter, professor da Universidade de Stanford, defendeu ontem, ao participar do seminário Brasil Século XXI, a atuação dos lobbies na Constituinte. Para Schmitter, os grupos de pressão são o sintoma mais saudável da construção da democracia no Brasil. "A Constituinte foi o ímã que atraiu a atividade desses grupos, com variedades de propostas e autonomia de ação, longe do Estado e perto de seus interesses."

O mecanismo dos lobbies, na opinião de Schmitter, representa a base da democracia moderna, em contraposição ao conceito clássico de sistema democrático, caracterizado por decisões tomadas através do voto individual, todos com o mesmo peso. Atualmente, afirma, a decisão democrática passa pelo grau de organização dos diversos interesses e a intensidade de preferências, sem que se leve em conta o número de adeptos das diversas idéias.

CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

Em 1972, quando o cientista escreveu seu livro *Interest conflict and political change in Brazil*, conta, a estrutura que analisou era completamente diferente. Interessado em estudar associações empresariais, profissionais e sindicais, encontrou um quadro de organização da sociedade civil pouco desenvolvido, e os poucos sindicatos que existiam, ligados ao corporativismo do Estado.

"O Brasil alterou ditadura com democracia por três vezes seguidas, se contarmos de 1945 até 1967. Mas, surpreendentemente, nessas alterações permaneceu sem modificação o seu sistema de organização da sociedade", analisa.

Agora, Schmitter, encontrou outra realidade no Brasil: "Uma quantidade imensa de entidades, estimuladas pela elaboração da Constituição, pôdo atrativo que ajudou a colocar o País em um verdadeiro estado de construção democrática". Segundo o cientista, são ainda



Schmitter na Unicamp: pressões de grupos são saudáveis

poucos os setores da sociedade que têm força para uma ação coletiva, ou mesmo não possuem o peso que deveriam ter. Há facilidade de determinados grupos em se organizar, até por não encontrar problemas financeiros, no caso das associações patronais, enquanto outros setores se apresentam desmobilizados. Com isso, ocorre muitas vezes o favorecimento pelo sistema de determinados grupos, em decisões prejudiciais a outros. Com essa balança desajustada, a carga de quem estaria o encargo da defesa dos interesses gerais?

Na visão de Schmitter, o interesse geral surge da combinação de dois canais de democracia: o jogo das pressões e a competição entre os partidos políticos. "Seria ingenuidade, e até uma postura conservadora, pensar que o Estado, as Forças Armadas, os intelectuais ou qualquer outra categoria possam estar acima de seus próprios interesses para cuidar de assuntos da coletividade. Portanto, somente uma conjugação desses dois sistemas levará a uma democracia plena."

Depois de passada a euforia constitucional, a quantidade de grupos tende a se institucionalizar. "O papel que essas organizações desempenham nesse momento poderia ser considerado até mais importante do que a competição entre os partidos. E o sistema que está funcionando nas reestruturações da democracia em diversos países".

VIOLÊNCIA

Com o tempo, algumas dificuldades poderão surgir, porque ainda resta uma contradição importante, na análise de Schmitter: enquanto a sociedade apresenta uma predisposição a se organizar livremente, o setor sindical, pela nova Constituição, continua atrelado ao corporativismo. "O corporativismo pode ser considerado positivo se não for imposto", afirma, e cita o exemplo dos países europeus que, com o impacto das guerras, optaram pela representação única, enquanto os norte-americanos sempre foram caracterizados pelo pluralismo, com enti-

dades autônomas, competitivas e cada uma em sua área de atuação. "O modelo corporativista torna mais fácil o governo, a aplicação de políticas econômicas e salariais, mas não pode de forma alguma ser imposto, sob pena de prejuízo da organização civil."

Ainda falta ao País, segundo Schmitter, resolver outros problemas para que chegue ao século XXI como uma democracia consolidada: resolver a violência cotidiana, que há muito tempo nenhum nível governamental consegue controlar e está se refletindo no aumento dos índices de criminalidade; e a aplicabilidade da Constituição. "As constituições que mais funcionam, analisando as de outros países, são feitas por pequenos grupos, discutidas e aprovadas pelos partidos: definem apenas as regras do jogo e, a partir daí, iniciam um processo de reestruturação da sociedade."

O debate sobre economia no seminário Brasil Século XXI está na página 29